

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Fonte Nova Negócios e Participações S.A.
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contrato de Parceria Público-Privada com o Estado da Bahia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº01(e) às demonstrações contábeis, que menciona o envolvimento da Companhia como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades na licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE - BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de Parceria Público-Privada. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou impairment de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº1(c) e 1(d) às demonstrações contábeis e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada Operação Lava Jato, que envolvem ex-executivos e empresas do Grupo Metha e do Grupo Novonor, controladoras em conjunto da Companhia. Os referidos Grupos assinaram acordo de Leniência com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1,9 e R\$ 3,8 bilhões, Grupo Metha e Grupo Novonor, respectivamente, como penalidade decorrente do resultado destas investigações. A administração, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos de Leniência firmados pelos citados grupos econômicos, não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas Controladoras, não foram consideradas nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro da concessão

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui um ativo financeiro junto ao poder concedente decorrente dos investimentos realizados na demolição e construção da nova arena multiuso, passando a ser devida pelo poder concedente à Companhia, a contraprestação que será paga em 180 parcelas, mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto para abril de 2028.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que a maior parte da receita decorre da atualização do ativo financeiro, bem como o saldo do ativo financeiro da concessão representa mais de 85% do total do ativo da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria para o ativo financeiro da concessão incluíram, dentre outros: (a) entendimento dos controles associados ao ativo financeiro da concessão; (b) avaliação da exatidão e integridade do saldo do ativo e dos reflexos de sua mutação no resultado; (c) recálculo dos valores com base nos indicadores contratuais e de mercado; (d) verificação do registro a valor recuperável do ativo; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o registro do ativo financeiro da concessão e seus reflexos no resultado estão adequados, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Estimativas

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis.

As principais rubricas das demonstrações contábeis que requerem estimativas contábeis críticas são:

- Provisão para perda estimada do contas a receber e ativo financeiro (Notas Explicativas nºs 6 e 7); e
- Provisão para contingências e provisões judiciais (Nota Explicativa nº 13).

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos saldos de contas a receber e do ativo financeiro da concessão, visto o alto grau de julgamento da administração envolvendo tais estimativas.

Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria realizados em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com a administração para entendimento do ciclo de negócios e os potenciais riscos inerentes.

Em relação a tais estimativas, efetuamos como principais procedimentos, dentre outros: (a) recálculo das estimativas, utilizando o critério aplicado pela Companhia, bem como avaliação da sua razoabilidade frente aos índices de inadimplência; (b) análise histórica dos recebimentos dos títulos com intuito de avaliar a inadimplência; (c) análise do aging list das parcelas com o objetivo de avaliar a idade dos títulos que compõe o contas a receber e ativo financeiro da concessão; (d) Circularização de advogados e análise das respostas quanto ao prognóstico de perda dos processos de natureza cível, fiscal e trabalhista; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as estimativas estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

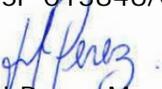


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 24 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA


Manuel Perez Martinez Júnior
Contador CRC 1 BA 025458/O-0

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2021	2020		Nota Explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.408	10.696	Fornecedores		771	794
Contas a receber	6	26.317	24.125	Empréstimos e financiamentos	10	36.669	64.921
Ativo financeiro da concessão	7	113.861	181.529	Debêntures	11	6.739	8.435
Adiantamentos a fornecedores		208	200	Obrigações tributárias		4.181	4.065
Tributos a recuperar	9	4.220	5.675	Obrigações sociais e trabalhistas		3.534	2.889
Outros ativos		1.920	1.143	Dividendos a pagar	14 c	12.237	9.385
		<u>176.934</u>	<u>223.368</u>	Receitas diferidas	6	2.336	2.628
				Outros passivos		<u>3.924</u>	<u>5.040</u>
						<u>70.391</u>	<u>98.157</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	45.185	6.458	Empréstimos e financiamentos	10	115.411	276.638
Ativo financeiro da concessão	7	526.375	667.230	Debêntures	11	17.026	43.107
Títulos e valores mobiliários	8	25.682	23.355	Tributos sobre contraprestação	12	99.762	121.785
Tributos a recuperar	9	17.488	28.785	Tributos diferidos	12	91.773	102.569
Créditos tributários	12 c	26.940	31.354	Receitas diferidas	6	2.536	4.715
Outros ativos		1.016	630	Contingências e provisões judiciais	13	734	619
Imobilizado		916	1.021	Outros passivos		<u>1.114</u>	<u>999</u>
Intangível		1.105	3.195			<u>328.356</u>	<u>550.432</u>
		<u>644.707</u>	<u>762.028</u>				
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		147.141	135.543
				Reservas de lucros		<u>275.753</u>	<u>201.264</u>
						<u>422.894</u>	<u>336.807</u>
Total do ativo		<u><u>821.641</u></u>	<u><u>985.396</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>821.641</u></u>	<u><u>985.396</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	15	181.045	117.960
Custo operacional	16	(2.117)	(5.440)
Lucro bruto		178.928	112.520
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(26.981)	(24.990)
		(26.981)	(24.990)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		1.541	-
Lucro operacional		153.488	87.530
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		2.843	1.049
Despesas financeiras		(26.610)	(33.613)
		(23.767)	(32.564)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		129.721	54.966
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	12 c		
Imposto de renda corrente		(30.553)	(7.054)
Imposto de renda diferido		7.938	18.884
Contribuição social corrente		(11.025)	(2.567)
Contribuição social diferido		2.858	6.798
Lucro líquido do exercício		98.939	71.027
Lucro básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$)	19	0,70	0,56

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	98.939	71.027
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>98.939</u>	<u>71.027</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FORTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Realização de investimentos	Reserva de Lucros a realizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	122.188	10.888	16.777	121.231	11.015	-	282.099
Aumento de capital	13.355	-	-	(13.355)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	71.027	71.027
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos distribuídos (nota 14 b)	-	-	(6.934)	-	-	-	(6.934)
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	-	(9.385)	(9.385)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	1.976	-	28.154	31.512	(61.642)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	135.543	12.864	9.843	136.030	42.527	-	336.807
Aumento de capital (nota 14 a)	11.598	-	-	(11.598)	-	-	-
Realização reservas de lucros a realizar	-	-	4.414	-	(4.414)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	98.939	98.939
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos distribuídos (nota 14 b)	-	-	(615)	-	-	-	(615)
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	-	(12.237)	(12.237)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	4.947	-	36.712	45.043	(86.702)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	147.141	17.811	13.642	161.144	83.156	-	422.894

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		129.721	54.966
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício			
Depreciação e amortização		2.532	5.626
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	-	(418)
Atualização do ativo financeiro	7	(127.836)	(103.731)
Ajuste a valor presente		3.476	(257)
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo		26.208	33.358
Caixa aplicado antes das variações de capital circulante operacional		34.101	(10.456)
Variação dos ativos e passivos:			
Contas a receber		(46.866)	410
Ativo financeiro		336.359	149.726
Tributos a recuperar		12.752	4.279
Fornecedores		(31)	(967)
Impostos e contribuições		(22.665)	(7.512)
Outros		(2.049)	(5.781)
Caixa gerado pelas operações		311.601	129.699
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10 e 11	(25.668)	(32.673)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(35.761)	(7.857)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		250.172	89.169
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		(2.327)	(1.704)
Adições ao imobilizado		(55)	(19)
Adições ao intangível		(282)	(1.139)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.664)	(2.862)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de principal	10 e 11	(217.796)	(68.649)
Partes relacionadas		-	(4.500)
Dividendos pagos		(10.000)	(15.900)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(227.796)	(89.049)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		19.712	(2.742)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício		10.696	13.438
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício		30.408	10.696
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		19.712	(2.742)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluem a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital n° 001/2009.

A Companhia é controlada em conjunto pela Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial ("NPP") e pela E² Arenas S.A. ("E² Arenas") e tem sede em Salvador-BA.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea "G" do Estatuto Social em 24 de março de 2022.

(a) Recuperação Judicial - Grupo Metha

Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA.

O encerramento da Recuperação Judicial, cujo processamento foi iniciado em 1º de abril de 2015, ocorreu após serem cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor.

A ampla reestruturação implementada culminou em expressiva redução da dívida da Companhia, drástica redução de despesas, revisão e otimização dos processos internos e fortalecimento da área de Compliance.

Com isto, o Grupo volta-se agora para a prospecção de novos negócios, utilizando-se da capacidade técnica existente e da excelência na prestação de seus serviços em engenharia, seja para clientes públicos ou privados.

(b) Recuperação Judicial - Grupo Novonor

Em 17 de junho de 2019, a OPP, controladora direta da Companhia, juntamente com sua controladora indireta Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial ("Novonor") (anteriormente denominada Odebrecht S.A. - Em Recuperação Judicial) e outras empresas do Grupo Novonor, ajuizou pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05. Frente ao vencimento de dívidas e ocorrência de fatos imprevisíveis, a administração da Novonor, com autorização do acionista controlador, concluiu que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial se tornou a medida mais adequada para possibilitar o prosseguimento do seu processo de reestruturação financeira de forma coordenada, segura, transparente e organizada.

A NPP e demais empresas do Grupo Novonor em recuperação continuam mantendo normalmente suas atividades, com acompanhamento por um administrador judicial nomeado pelo juízo da RJ.

Em 18 de junho de 2019, ocorreu o deferimento do processamento da recuperação judicial, que teve como principais efeitos a suspensão de todas as ações e execuções em face das Recuperandas e o início do prazo legal para que a empresa apresente uma proposta de plano de recuperação.

Em 26 de agosto de 2019, a NPP em cumprimento ao prazo legal, juntamente com suas controladoras apresentaram a versão preliminar do plano de recuperação judicial, assim como do laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos.

Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, não incluindo a NPP, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 03 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 15 de outubro de 2020, o plano de Recuperação Judicial da controladora NPP foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 21 de janeiro de 2021, o plano foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(c) Acordo de Leniência - Grupo METHA

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram, em 14 de novembro de 2019, Acordo de Leniência com o Grupo METHA (anteriormente denominado GRUPO OAS), investigado no âmbito da Operação Lava Jato.

Em função deste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1,9 bilhões, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047, tendo inclusive já quitado os valores relativos à primeira parcela.

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

(d) Acordo de Leniência - Grupo Novonor

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. ("Braskem"), que celebrou acordo individual. O acordo firmado pela Novonor com o MPF é parte de um Acordo Global, coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, se compromete a pagar o valor global equivalente a R\$ 3,8 bilhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Novonor a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

Cabe ainda ressaltar que, em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Lava Jato, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor e suas controladas.

Em 09 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2,7 bilhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3,8 bilhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

Em suas operações no exterior, o Grupo Novonor e suas controladas seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Novonor, já foram firmados acordos com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras.

Monitores Independentes atuaram no Grupo Novonor, tendo como principal objetivo confirmar que a Novonor e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e encerrou em novembro de 2020.

A administração entende que possíveis efeitos dos Acordos de Leniência do Grupo Novonor não deverão afetar significativamente a Companhia.

(e) Contrato de concessão

A Companhia é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013.

A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Consequentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que a integram e que atendam aos requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto em abril de 2028.

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP nº 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demanda. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, a Administração da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2021, não foi constituída provisão para passivos ou registrado impairment de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

(f) Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

Em 26 de outubro de 2021 a Companhia celebrou com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, o Termo Aditivo nº 5 ("5º Aditivo" ou "aditamento") ao Contrato de PPP nº 02/2010.

Fundamentado pelo Estudo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro realizado pelo Banco Fator, o 5º Aditivo estabeleceu a emissão de empenho direto em nome dos Credores ("Empenho Direto"), para amortização parcial da dívida oriunda dos contratos de financiamentos firmados no âmbito da Concessão.

A operação do Empenho Direto culminou com a redução do valor da Contraprestação Pública devida pelo Poder Concedente à Concessionária, que passou de R\$ 180,9 milhões para R\$ 102,3 milhões anuais. Não houve alteração do prazo de pagamento da contraprestação pública.

O aditamento estabeleceu também a redução do prazo da concessão, que passou de 35 anos para 18 anos e 02 meses, encerrando-se em 31 de março de 2028.

Como resultado da controvérsia acerca do mecanismo de Compartilhamento de Risco de Demanda, a qual motivou a Glosa do pagamento da Contraprestação da competência janeiro de 2018, o 5º Aditivo estabeleceu a devolução do valor glosado, bem como o pagamento, a favor da Concessionária, referente ao Risco de Demanda Compartilhado, conforme apurado em Peritagem técnica elaborada pela Ernst & Young.

Por fim, foi estabelecido que a Concessionária deverá compartilhar 10% das Receitas Operacionais Líquidas auferidas anualmente com o Poder Concedente a partir da assinatura do termo aditivo.

(g) Impactos da Pandemia de COVID-19

A Pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, perdurou durante o ano de 2021 acarretando a manutenção de medidas restritivas, dentre as quais a proibição de realização de eventos e jogos, como forma de combate à disseminação do vírus.

Diante do cenário de avanço epidemiológico, em março de 2021 houve a reativação do Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova que, neste segundo período funcionou até o mês de setembro.

Com a desmobilização do Hospital de Campanha e a readequação provisória dos espaços ocupados, permitiu a retomada dos jogos a partir do mês de setembro, ainda sem a permissão de público. Nos meses subsequentes, foi autorizada a presença de público, com o aumento gradual da capacidade permitida, chegando ao limite de 70% (setenta por cento) nos últimos jogos do ano.

No que tange à realização de eventos não esportivos, após a desmobilização do Hospital de Campanha, em razão dos limites de público estabelecidos pelos decretos, a realização de eventos de médio e grande porte no último trimestre foi inviabilizada.

Tal situação afetou de forma significativa as receitas operacionais da Companhia, uma vez que suas atividades comerciais dependem predominantemente da frequência de usuários na Arena. Em contrapartida, foram implementadas medidas mitigatórias para redução dos impactos causados pela limitação da possibilidade de geração de receitas (ver Nota nº 22).

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1. Declaração de conformidade (com relação aos pronunciamentos do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Em seguida, a mensuração passa a ser pelo custo amortizado por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia são, (i) caixa e equivalente de caixa, (ii) contas a receber, (iii) ativo financeiro da concessão e (iv) títulos e valores mobiliários.

2.3.2. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). O montante da perda esperada por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), divulgada na Nota Explicativa nº 6.

2.3.3. Contas a receber

As contas a receber são, inicialmente, mensuradas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão (impairment) para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, quando necessária.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são originadas por:

- (a) Faturamento da contraprestação mensal, a partir da data oficial da entrega da Arena (abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE;
- (b) Compartilhamento do Risco de Demanda (Nota 1 f);
- (c) Locação de camarotes, locação de espaços e estacionamento;
- (d) Parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.;
- (e) Pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes e bilheteria de jogos.

2.3.4. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

2.3.5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários ("TVM") são inicialmente registrados pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

2.4. Tributos a recuperar

Referem-se substancialmente a créditos da contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos.

2.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

2.6. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação, e o seu valor tenha sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a Probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

2.8. Tributos sobre contraprestação

Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e o imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção.

2.9. Receitas diferidas

Referem-se às receitas de patrocínio, locação de camarotes e locação de espaços, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência.

2.10. Tributação

2.10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real anual, com antecipação mensal, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 por mês, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir:

(a) Receita operacional

A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, estacionamento, quiosques/lanchonetes, espaços para realização de eventos e para fins publicitários), patrocínio e da realização de eventos pela Arena Fonte Nova.

(b) Atualização do ativo financeiro da concessão

A receita de atualização do ativo financeiro (nota explicativa nº 2.3.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Atualização do ativo financeiro

Na apuração do valor justo do ativo financeiro a Companhia utilizou a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as entradas e saídas de caixa do contrato de concessão.

(ii) Ajuste a valor presente

Para o contas a receber de longo prazo a Companhia calcula o valor presente desses recebíveis descontados a uma taxa de 8,54% a.a. A apropriação desses saldos no resultado do exercício é realizada em bases mensais, considerando os vencimentos das parcelas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(a) Exposição a risco com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa SELIC.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Gestão de capital

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	175.845	393.101
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	<u>(56.090)</u>	<u>(34.051)</u>
Dívida líquida	119.755	359.050
Total do patrimônio líquido	422.894	336.807
Total do capital	<u>542.649</u>	<u>695.857</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>22%</u>	<u>52%</u>

A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	30.408	10.696
Contas a receber	71.502	30.583
Ativo financeiro da concessão	640.236	848.759
Títulos e valores mobiliários	<u>25.682</u>	<u>23.355</u>
	<u>771.452</u>	<u>913.393</u>
Passivos financeiros		
Circulante		
Fornecedores	771	794
Empréstimos e financiamentos	152.080	341.559
Debêntures	<u>23.765</u>	<u>51.542</u>
	<u>176.616</u>	<u>393.895</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos - conta movimento	412	173
Aplicações financeiras (i)	<u>29.996</u>	<u>10.523</u>
	<u>30.408</u>	<u>10.696</u>

- (i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração entre 100% e 102% (2020 - 100%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contraprestação/Compartilhamento - SETRE (i)	62.055	20.065
Cervejaria Petrópolis S.A. (ii)	3.019	6.311
Locação de camarotes e assentos VIP por temporada	1.658	1.498
Outros	<u>5.285</u>	<u>3.224</u>
	72.017	31.098
PECLD (iii)	<u>(515)</u>	<u>(515)</u>
	<u>71.502</u>	<u>30.583</u>
Circulante	26.317	24.125
Não circulante	45.185	6.458

- (i) Variação decorrente da assinatura do 5º aditivo informado na Nota Explicativa nº 1(f).
(ii) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R\$ 2.920) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente, registrado na conta de receitas diferidas (R\$ 1.952), refere-se à apropriação dos contratos de camarotes e outras locações;
(iii) No exercício de 2021, a Companhia não constituiu PECLD (2020 - R\$ 418 - ver nota 17), referente ao saldo vencido e sem expectativa de recuperação, decorrente de créditos com clientes de camarotes e locação de espaços.

7. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar, decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo Inicial	848.759	894.754
Receita operacional da contraprestação (Nota 15)	22.710	24.374
Atualização financeira	127.836	103.731
(-) Faturamento contraprestação	<u>(359.069)</u>	<u>(174.100)</u>
Saldo Final	<u>640.236</u>	<u>848.759</u>
Circulante	113.861	181.529
Não circulante	526.375	667.230

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2022	-	106.757
2023	100.262	106.757
2024	100.262	106.757
2025	100.262	106.757
2026	100.262	106.757
2027	100.262	106.757
2028	<u>25.065</u>	<u>26.688</u>
	<u>526.375</u>	<u>667.230</u>

8. Títulos e valores mobiliários

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Títulos e valores mobiliários - Financiamento (i)	23.448	20.792
Títulos e valores mobiliários - Debêntures (ii)	<u>2.234</u>	<u>2.563</u>
	<u>25.682</u>	<u>23.355</u>

- (i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remuneradas a 99% (2019 - 99%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 06 (seis) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil;
- (ii) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas a 99% e 100% (2019 - 99% e 100%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 3 (três) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) das debêntures.

9. Tributos a recuperar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PIS	3.714	5.956
COFINS	17.105	27.435
Imposto sobre outros faturamentos	889	1.069
	<u>21.708</u>	<u>34.460</u>
Circulante	4.220	5.675
Não circulante	17.488	28.785

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidades</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CCB	Reais	2025	13.081	30.579
CCB - FUNDESE	Reais	2026	63.331	142.879
Financiamento - Repasse FNE	Reais	2025	77.163	170.260
			<u>153.575</u>	<u>343.718</u>
(-) Custos de captação a apropriar			<u>(1.495)</u>	<u>(2.159)</u>
			<u>152.080</u>	<u>341.559</u>
Circulante			36.669	64.921
Não circulante			115.411	276.638

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve, em 21 de junho de 2010, a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025.

Adicionalmente, também foram liberados R\$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos ("PROTURISMO") do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico ("FUNDESE"), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026.

Também foram captados recursos no total de R\$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e com vencimento em 28 de dezembro de 2025.

Em 2021 houve a amortização parcial dos respectivos contratos, em virtude da assinatura do 5º aditivo ao contrato de concessão, conforme informado na Nota Explicativa nº 1(f).

(a) Garantias

Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo:

<u>Modalidades</u>	<u>Garantias contratuais</u>
CCB	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
CCB - FUNDESE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
Financiamento - Repasse FNE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo Inicial	341.559	403.966
Juros apropriados	22.136	29.047
Amortização	(189.913)	(63.009)
Pagamento de juros	(22.367)	(29.212)
Apropriação dos custos de captação	665	767
Saldo Final	<u>152.080</u>	<u>341.559</u>

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	66.459
2023	37.653	68.684
2024	38.964	70.967
2025	37.511	68.198
2026	1.283	2.330
	<u>115.411</u>	<u>276.638</u>

11. Debêntures

Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

Classificação	Vencimento	2021	2020
Emissão Real	2024	<u>23.765</u>	<u>51.542</u>
		<u>23.765</u>	<u>51.542</u>
Circulante		6.739	8.435
Não circulante		17.026	43.107

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo Inicial	51.542	57.099
Juros apropriados	3.316	3.439
Amortização	(27.883)	(5.640)
Pagamento de juros	(3.301)	(3.461)
Apropriação dos custos de captação	91	105
Saldo Final	<u>23.765</u>	<u>51.542</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes com vencimento no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2022	-	12.146
2023	8.756	15.933
2024	<u>8.270</u>	<u>15.028</u>
	<u>17.026</u>	<u>43.107</u>

12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ISS (a)	34.812	42.438
PIS e COFINS (a)	<u>64.950</u>	<u>79.347</u>
	99.762	121.785
Imposto de renda (b)	67.480	75.418
Contribuição social (b)	<u>24.293</u>	<u>27.151</u>
	91.773	102.569
	<u>191.535</u>	<u>224.354</u>

(a) Tributos sobre contraprestação

O Imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação.

(b) Tributos diferidos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Composição de tributos diferidos:		
Custo de construção	(94.895)	(142.112)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	186.662	247.455
Outros	6	(2.775)
	<u>91.773</u>	<u>102.568</u>
Passivo de tributo diferido	187.215	248.266
Ativo fiscal diferido - não circulante	<u>(95.442)</u>	<u>(145.698)</u>
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	<u>91.773</u>	<u>102.568</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures).

Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social

A Companhia reconheceu no exercício de 2020, o Ativo Fiscal Diferido no valor de R\$ 32.244, decorrente da aplicação das alíquotas nominais de IR (25%) e CSLL (9%) sobre o saldo de Prejuízo Fiscal da Companhia em 30 de junho de 2020, no montante de R\$ 94.835.

Com base em projeções financeiras do Plano de Negócios do Projeto elaborados pela Companhia, foram estimados lucros tributáveis futuros, com os quais o prejuízo fiscal acumulado deverá ser integralmente compensado no prazo estimado de 05 anos.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes dos impostos	129.721	54.966
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	(44.105)	(18.688)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	4.414	3.184
Prejuízos fiscais com constituição de ativo diferido	26.940	32.244
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	(18.383)	(136)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	352	(543)
Efeito IR e CS no resultado	<u>(30.782)</u>	<u>16.061</u>
IR e CS correntes	(41.578)	(9.621)
IR e CS diferidos	10.796	25.682
Total despesa com IR e CS	<u>(30.782)</u>	<u>16.061</u>

13. Contingências e provisões judiciais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cíveis	4	9
Fiscais	730	598
Trabalhistas	-	12
	<u>734</u>	<u>619</u>

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se a causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia tem ações de naturezas cível, fiscal e trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Do total de ações classificadas com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 12.091 (2020 - R\$ 11.658), destaca-se o processo no montante de R\$ 10.111 (2020 - R\$ 9.645), visando a cobrança de ISS sobre as receitas de locação decorrentes da atividade de exploração do estádio, relativo ao período compreendido entre abril de 2013 e abril de 2015.

14. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 147.141 (2020 - R\$ 135.543), representado por 147.141.000 (2020 - 135.543.000) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, na proporção de suas participações (50% cada).

Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 11.598, mediante a incorporação das reservas de realização de investimentos R\$ 11.598.

(b) Reservas de lucros

De acordo com o Estatuto Social, as importâncias apropriadas às reservas legal e de lucros a realizar são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas.

(i) Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de realização de investimentos

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até 75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social.

A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu reserva de realização de investimentos no montante de R\$ 36.712 (2020 - R\$ 28.154), com o objetivo de expansão das atividades da Companhia. A Administração irá propor a Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização do saldo excedente da reserva em 2021 no valor R\$ 26.628.

(iii) Reserva especial

A reserva especial da Companhia foi constituída nos exercícios de 2014 e 2015, conforme art.202 da Lei nº 6.404/76, e corresponde aos dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado destes exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Reserva de lucros a realizar

Em decorrência, da assinatura em 26 de outubro de 2021, do 5º Aditivo Contratual ao Contrato de PPP, o Poder Concedente reconheceu a aplicação do compartilhamento do risco de demanda, correspondente ao período de 2013 a 2018, em favor da Concessionária, no montante de R\$ 52.600, data-base dezembro de 2020, para pagamento em 78 (setenta e oito) parcelas mensais e sucessivas a partir do mês subsequente a assinatura do aditivo e pelo fato do reconhecimento no ano corrente deste montante, acrescido do valor da atualização monetária, líquidos dos impostos e das parcelas efetivamente recebidas até 31/12/2021, ter afetado significativamente o resultado contábil, a Companhia constituiu reservas de lucros a realizar no valor de R\$ 45.043, com base no art. 197 da Lei nº 6.404/76.

Em virtude do lucro contábil da Companhia no ano de 2020 ter sido impactado pelo reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido (ver Nota 12 "c"), cuja compensação ocorrerá ao longo de exercícios posteriores, a Companhia constituiu reservas de lucros a realizar no montante de R\$ 31.512, com base no art. 197 da Lei nº 6.404/76, tendo realizado no exercício de 2021, mediante compensação do lucro real o montante de R\$ 4.414.

(c) Dividendos

Aos titulares de ações emitidas da Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

15. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receitas operacional da contraprestação/compartilhamento (i)	77.190	24.374
Atualização do ativo financeiro	127.836	103.731
Receitas operacionais	6.374	9.772
Impostos e contribuições sobre contraprestação/compartilhamento	(11.000)	(3.473)
Impostos e contribuições sobre ativo financeiro	(18.217)	(14.782)
Impostos e contribuições sobre receitas operacionais	(1.138)	(1.662)
	<u>181.045</u>	<u>117.960</u>

(i) Variação decorrente da assinatura do 5º aditivo ao contrato de concessão, ver Nota Explicativa nº 1(g).

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custo operacional

	2021	2020
Custo com jogos	1.345	3.458
Custo com evento	-	1.164
Custo com repasse e comissão de patrocínio	772	818
	<u>2.117</u>	<u>5.440</u>

Os custos com jogos referem-se aos gastos decorrentes do contrato firmado com o Esporte Clube Bahia para realizações de suas partidas oficiais na Arena Fonte Nova, enquanto o custo com eventos refere-se aos gastos com eventos, sejam eles de locação, próprios da Companhia ou realizados em parceria com terceiros. Já o custo com repasse e comissão de patrocínio registra a participação contratual do Esporte Clube Bahia nas receitas de patrocínio.

17. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal	11.882	11.489
Despesas com serviços de terceiros	9.191	9.494
Água e energia	2.865	1.532
Seguros	1.120	1.050
Outros	1.882	935
PECLD (Nota 6)	-	418
Compra de materiais	41	72
	<u>26.981</u>	<u>24.990</u>

18. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.140	1.038
Outros	703	11
	<u>2.843</u>	<u>1.049</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(22.801)	(29.814)
Juros sobre debêntures	(3.407)	(3.544)
Juros sobre empréstimo de mútuos	-	(70)
Comissões e despesas bancárias	(134)	(78)
IOF	(14)	(6)
Outros	(254)	(101)
	<u>(26.610)</u>	<u>(33.613)</u>
	<u>(23.767)</u>	<u>(32.564)</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	98.939	71.027
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>141.771</u>	<u>127.771</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u><u>0,70</u></u>	<u><u>0,56</u></u>

20. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado		
Principal (i)		(206)
Principal (ii)		(4.364)
Encargos (ii)		(70)
		<u><u>(4.640)</u></u>

- (i) Adiantamentos concedidos para o Consórcio Arena Salvador ("CAS"), que possui como acionistas Metha e Novonor, para fazer face a gastos futuros desde a execução da obra;
- (ii) Pagamentos realizados pelo CAS de compromissos assumidos em nome da Companhia (Compras Diretas) para posterior ressarcimento, conforme Termo de Entendimento firmado entre as partes em 28 de março de 2013, com incidência de 115% da variação do CDI, aplicáveis sobre os valores efetivamente desembolsados.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 5.044 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$ 4.860).

21. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos operacionais	18/03/2023	959.879
Responsabilidade civil em geral	18/03/2023	50.000
Garantia de performance da concessão	25/07/2022	11.612
D&O	19/09/2022	50.000

22. Eventos subsequentes

a) Impactos da pandemia

O ano de 2022 iniciou com expressivo aumento dos casos de Covid-19 em todo o país, o que acarretou a adoção de medidas restritivas pelas autoridades competentes, dentre as quais a ampliação da limitação de público em eventos e jogos.

Tais medidas acarretaram o cancelamento de eventos agendados para os meses de janeiro a março, assim como na retomada de outras atividades comerciais como por exemplo o Tour Guiado, a Arena Gamer, entre outros serviços.

No que tange aos jogos, a temporada 2022 foi iniciada com o limite de 1.500 torcedores, e atualmente está permitida a presença de até 50% da capacidade de público do estádio.

Diante dos índices epidemiológicos recentes, e a consequente flexibilização das medidas restritivas, a Companhia avalia a retomada gradual das atividades comerciais a partir do 3º trimestre do ano.

b) Contrato Esporte Clube Bahia

Em janeiro de 2022 a Companhia celebrou aditivo com o Clube, prorrogando o vínculo contratual até dezembro de 2024.